

Peru interdita o maior banco privado do país

LIMA — O Ministério da Economia do Peru decretou a suspensão das atividades do maior banco privado do país, o Banco de Crédito, de propriedade do milionário Dionisio Romero, o mais poderoso empresário peruano. Tropas militares cercaram a sede do Banco de Crédito na capital, impedindo a entrada de clientes e funcionários. A Financiera de Crédito, do mesmo grupo do Banco de Crédito, e o Banco Wiese, o segundo maior do país, também foram atingidos pela suspensão. A Bolsa de Valores de Lima teve suas operações suspensas temporariamente e estão proibidas todas as vendas de ações de bancos, financeiras e seguradoras privadas.

Estas medidas foram adotadas após a venda, minutos antes do fechamento do pregão da Bolsa de Lima na segunda-feira, de cerca de 51% das ações do Banco de Crédito para 4 mil 297 de seus próprios funcionários, que receberam empréstimos de 7,5 mil dólares cada um para adquirir os títulos. Os empréstimos foram dados pela Financiera de Crédito. O ministro da Economia, Gustavo Saberbein, qualificou a venda de "manobra crua" dos banqueiros para obstaculizar o processo de nacionalização dos bancos privados e para garantir bons preços para suas ações, acima dos que o governo lhes dará na hora da indenização.

A lei de nacionalização dos sistemas bancário, financeiro e securitário do Peru entrou em vigor na segunda-feira, mas até agora o governo do presidente Alan García não definiu o momento em que tomará posse nos dez bancos, 17 seguradoras e seis financeiras estatizadas. O ministro Saberbein disse que a venda das ações do Banco de Crédito será invalidada, pois a lei de nacionalização já estava em vigor. Revelou ainda que o montante da venda chegou a 32 milhões de dólares.

O ministro informou também que, além dos 50,9% das ações vendidas segunda-feira, 30,6% já estavam em mãos de pequenos acionistas e outros 18,5% são de investidores externos.